



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SJP - PREV. SÃO JOSÉ
EDITAL Nº 001/2017
DATA DA PROVA: 04/06/2017

CARGO:
CONTADOR
(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: Questões 01 a 05; **Matemática:** Questões 06 a 10; **Informática:** Questões 11 a 15; **Conhecimentos Específicos:** Questões 16 a 50.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d,e).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 05 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 5:

Cassini faz primeiro mergulho entre Saturno e seus anéis; cientistas esperam dados de qualidade inédita.

Após 13 anos em órbita, a sonda Cassini-Huygens já está enviando informações para a Terra após ter feito seu primeiro “mergulho” entre os anéis de Saturno - são 22 planejados para os próximos cinco meses.

A Cassini começou a executar a manobra - considerada difícil e delicada - na última quarta-feira e restabeleceu contato com a Nasa (agência espacial americana) na manhã desta quinta. A sonda se movimenta a 110 mil km/h, tão rapidamente que qualquer colisão com outros objetos - mesmo partículas de terra ou gelo - poderia provocar danos.

Um objetivo central é determinar a massa e, portanto, a idade dos anéis - formados, acredita-se, por gelo e água. Quanto maior a massa, mais velhos eles podem ser, talvez tão antigos quanto Saturno. Os cientistas pretendem descobrir isso ao estudar como a velocidade da sonda é alterada enquanto ela voa entre os campos gravitacionais gerados pelo planeta e pelas faixas de gelo que giram em torno dele.

Fragmento do texto publicado no site da BBC Brasil, por Jonathan Amos, correspondente de Ciência da BBC, dia 27 de abril de 2017.

01. Quanto à função e tipo do texto, é CORRETO afirmar que se trata de:

- a) texto jornalístico cuja função é emitir opinião política a respeito de avanços científicos recentes.
- b) reportagem de cunho científico cuja função é relatar os conhecimentos obtidos pela Nasa em Saturno.
- c) texto de divulgação científica cuja função é criticar o apoio da sonda Cassini-Huygens.
- d) análise de caso realizada pela sonda Cassini-Huygens cuja função é alertar os leitores a respeito dos perigos dos novos avanços científicos.
- e) artigo de inovação científica demonstrando as capacidades atuais da Nasa em atuar nos planetas de outras galáxias.

02. A respeito do termo JÁ, presente na frase: “Após 13 anos em órbita, a sonda Cassini-Huygens já está enviando informações para a Terra”, é CORRETO afirmar que se trata de um advérbio de:

- a) lugar, usado para marcar uma relação de causa e efeito com a oração anterior, que aponta a data de seu lançamento.

b) tempo, utilizado para marcar uma relação temporal com o fato de a sonda estar operando, após 13 anos de seu lançamento.

c) afirmação, utilizado para enfatizar a maneira como a sonda tem operado, desde 13 anos de seu lançamento.

d) modo, usado com o intuito de diferenciar a relação de tempo e espaço no universo.

e) negação, usado para reiterar a improbabilidade de atuação de sondas enviadas no espaço.

03. A respeito do acento no termo TÊM, presente na frase: “Os mergulhos programados para chegar bem perto de Saturno têm por objetivo obter informações de qualidade máxima”, é CORRETO afirmar que se classifica como circunflexo, e sua função nesse caso é:

a) indicar que se trata de uma paroxítona terminada em M e, por isso, deve ser acentuada.

b) pontuar a fusão dos dois elementos consonantais, a saber, as duas letras E.

c) apontar que o sujeito está no plural e, por isso, deve receber o acento diferencial.

d) indicar que o termo deve ser acentuado por razões meramente fonéticas, independentemente se o sujeito está no singular ou no plural.

e) marcar a nasalização do som ao pronunciar o termo, não havendo necessariamente relação com singular e plural.

04. O termo ISSO, presente na última frase do texto: “Os cientistas pretendem descobrir isso”, se refere a:

- a) idade dos anéis.
- b) campos gravitacionais.
- c) velocidade da sonda.
- d) distância de Saturno em relação a Terra.
- e) descobertas dos cientistas.

05. Ainda a respeito do termo ISSO, é CORRETO afirmar que se classifica como pronome:

a) de tratamento, podendo ser substituído em outros casos por “esse” ou “essa”, de acordo com a necessidade de marcar o gênero.

b) pessoal, podendo ser substituído em outros casos por “isto”, de acordo com a necessidade de marcar a distância de quem fala e do objeto a que se refere.

c) relativo e não pode ser substituído sem alteração do sentido da frase no texto e contexto em que está inserido.

d) demonstrativo e pode situar um termo, um conceito, uma frase ou até mesmo algo fora do texto, no contexto em que está inserido.

e) indefinido, utilizado para indicar algo que possui relação direta com o contexto em que está inserido.

06. Quais são as soluções possíveis para a equação $x^2 + 2x - 3 = 0$?

- a) + 3 e - 1.
- b) 0 e - 2.
- c) 2 e - 4.
- d) + 6 e + 2.
- e) - 3 e + 1.

07. Uma pesquisa em forma de entrevista foi realizada com 2% da população de uma cidade e revelou que 90% dos entrevistados considera inadmissível a corrupção entre políticos. Sabendo que essa cidade tem 500 mil habitantes, quantas pessoas disseram considerar a corrupção inadmissível?

- a) 18.000 pessoas.
- b) 9.000 pessoas.
- c) 10.000 pessoas.
- d) 1.000 pessoas.
- e) 2.778 pessoas.

08. O lucro de uma fábrica de bonés é obtido a partir do lucro individual da venda de cada boné (R\$ 5,00), subtraídos os custos fixos da fábrica, como aluguel, salário dos funcionários e manutenções de equipamentos (R\$ 8.000,00). Quantos bonés devem ser vendidos para que o lucro dessa fábrica seja de R\$ 5.000,00?

- a) 2.600 bonés.
- b) 600 bonés.
- c) 8.500 bonés.
- d) 1.800 bonés.
- e) 1.200 bonés.

09. Qual o 5º termo da sequência numérica 2, 6, 18, ... ?

- a) 72.
- b) 90.
- c) 162.
- d) 81.
- e) 312.

10. Três amigos querem tirar uma foto lado a lado, para guardarem de recordação. De quantas maneiras possíveis esses amigos podem ficar dispostos, para tirarem essa foto?

- a) 2.
- b) 3.
- c) 4.
- d) 5.
- e) 6.

11. Trata-se da categoria de software que é responsável por gerenciar e controlar as operações do computador, além de ser responsável pelo suporte para a execução de programas de aplicação.

- a) Antivirus
- b) Navegador
- c) Ferramenta de Pesquisa
- d) Sistema paralelo
- e) Sistema operacional

12. Um arquivo de modelo de documento do Microsoft Word é um tipo de documento que cria uma cópia de si mesmo quando você o abre. Por exemplo, um plano de negócio é um documento comum. Em vez de criar a estrutura do plano de negócio desde o início, é possível usar um modelo com layout de página, fontes, margens e estilos predefinidos. Para CRIAR um documento nas configurações de margem, tamanho da página e orientação, estilos e outros formatos que deseja, é necessário salvar o documento com a seguinte extensão de arquivo:

- a) *.doc
- b) *.xls
- c) *.dot
- d) *.pdf
- e) *.jpg

13. Considere um texto inserido em uma célula de uma planilha que está sendo editada no aplicativo Microsoft Excel, e assinale a alternativa que contém a combinação correta de teclas de atalho que “desfazem uma alteração do conteúdo desta Célula”.

- a) CTRL + A
- b) CTRL + Z
- c) ALT + Z
- d) ALT + C
- e) CTRL + X

14. O Windows Explorer é uma ferramenta que permite organizar a estrutura de pastas e arquivos do usuário de um computador com sistema operacional Windows. Durante a definição ou alteração dos nomes de arquivos e/ou pastas, a utilização de alguns caracteres é proibida. Assinale a alternativa que contém apenas caracteres permitidos na nomenclatura de arquivos e pastas do Windows.

- a) à - ç - â - /
- b) á - ç - â - /
- c) ; - ã - \$ - *
- d) ; - # - @ - %
- e) : - # - @ - ?

15. Em muitos golpes aplicados na internet, os fraudadores tentam enganar suas vítimas utilizando uma técnica que envia e-mails não solicitados para um grande número de pessoas. Essa prática é considerada um tormento para os usuários de e-mail, além de impactar na produtividade de funcionários e degradar o desempenho de sistemas e redes. Esta técnica é conhecida como:

- a) Spam
- b) Cyberbullying
- c) Ransomware
- d) Firmware
- e) Open Source

QUESTÕES 16A50 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que se refere ao Orçamento Público, assinale a alternativa CORRETA.

a) A lei orçamentária anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei das diretrizes orçamentárias, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) A lei orçamentária anual compreenderá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo somente os órgãos da administração direta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

d) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, despesas correntes e outras delas decorrentes e aos programas de duração continuada.

e) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Ministério Público.

17. De acordo com a definição de tributo prevista na Lei n.º 4.320, assinale a alternativa CORRETA.

a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

b) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo somente impostos e taxas nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

c) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo somente os impostos e as contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

d) Tributo são as Transferências Correntes derivadas instituídas pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

e) Tributo são as Transferências de Capital derivadas instituídas pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

18. Segundo a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I. Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.

II. As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.

III. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

a) Somente a afirmativa I está correta.

b) Somente a afirmativa II está correta.

c) Somente a afirmativa III está correta.

d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

19. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. A respeito da licitação de acordo com a Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, assinale a alternativa CORRETA.

a) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convo-

catório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

b) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e da eficiência.

c) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento subjetivo e dos que lhes são correlatos.

d) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da eficiência, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

e) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da eficiência, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

20. A respeito das disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade licitatória denominada pregão, na fase externa, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de:

a) maior preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

b) melhor qualidade do produto ou serviço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

c) menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

d) menor prazo de entrega, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

e) maior lance, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

21. Com base no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), assinale a alternativa CORRETA:

a) A contribuição de melhoria tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

b) As Taxas são instituídas para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

c) As taxas são o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

d) A contribuição de melhoria é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

e) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

22. De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, é denominada:

a) Fusão

b) Incorporação

c) Cisão

d) Transformação

e) Reversão

23. Após levantamento, determinado órgão público apresentou os valores contábeis constantes na tabela abaixo, ao final do exercício de 2016, no balanço financeiro:

Contas	Valores em R\$
Receitas Correntes Arrecadadas	R\$ 150.000,00
Receitas de Capital Arrecadadas	R\$ 80.000,00
Despesas Correntes Realizadas	R\$ 55.000,00
Despesas de Capital Realizadas	R\$ 60.000,00
Restos a pagar inscritos	R\$ 28.000,00
Restos a pagar pagos	R\$ 12.000,00

No que concerne às demonstrações contábeis do setor público de acordo com a Lei nº 4.320/1964, considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- a) A receita extraorçamentária apresenta, em reais, o valor de R\$ 230.000,00.
- b) A receita extraorçamentária apresenta, em reais, o valor de R\$ 80.000,00.
- c) A receita extraorçamentária apresenta, em reais, o valor de R\$ 28.000,00.
- d) A receita extraorçamentária apresenta, em reais, o valor de R\$ 12.000,00.
- e) A receita extraorçamentária apresenta, em reais, o valor de R\$ 40.000,00.

24. O Conselho Federal de Contabilidade por meio de Norma específica, estabelece o conceito de patrimônio público, sua classificação sob o enfoque contábil, o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC – T 16, considere as afirmativas a seguir:

I - O subsistema Orçamentário registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

II - O subsistema de custos registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

III - O subsistema de Compensação registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Somente a afirmativa II está correta.
- d) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

25. Nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, NÃO está entre as competências do Tribunal de Contas do Estado:

- a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio.
- b) Apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) Julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- d) Homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa.
- e) Decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato e sobre representações feitas pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

26. No que tange à divulgação de informações, conforme preconizado na NBC T 16.6, a divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade. Segundo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, constituem-se meios efetivos de divulgação das demonstrações contábeis, EXCETO:

- a) Publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades.
- b) Remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos.
- c) Disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados.
- d) Remessa ao Senado Federal, Câmara dos Deputados Federais e Estaduais e Câmara dos Vereadores.
- e) Disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

27. Analise o texto abaixo e assinale a opção CORRETA:

Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O texto refere-se a:

- a) Balanço Financeiro
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais
- c) Balanço Orçamentário
- d) Balanço Patrimonial
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

28. Determinada entidade governamental apresentou as seguintes despesas em um determinado período:

Material de Consumo	Auxílios para Equipamentos e Instalações
Equipamentos e Instalações	Subvenções Econômicas
Concessão de Empréstimos	Serviços em Regime de Programação Especial
Auxílios para Obras Públicas	Subvenções Sociais

Assinale a alternativa que classifica corretamente as contas apresentadas.

- a) Há quatro despesas correntes e quatro despesas de Capital.
- b) Há duas despesas correntes e seis despesas de Capital.
- c) Há cinco despesas correntes e três despesas de Capital.
- d) Há três despesas correntes e cinco despesas de Capital.
- e) Há seis despesas correntes e duas despesas de Capital.

29. De acordo com a lei 4.320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Considere que, durante determinado período, uma entidade governamental empenhou R\$ 50.000,00 de despesas, sendo liquidadas R\$ 20.000,00 e pagas R\$ 15.000,00. É CORRETO afirmar que o valor total de restos a pagar:

- a) processados é de R\$ 30.000,00.
- b) processados é de R\$ 35.000,00
- c) processados é de R\$ 5.000,00.
- d) não processados é de R\$ 5.000,00.
- e) não processados é de R\$ 15.000,00.

30. Segundo o art. 2º da Lei n.º 4.320/64, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- a) Unidade, universalidade e anualidade.
- b) Exclusividade, universalidade e anualidade.
- c) Unidade, exclusividade e anualidade.
- d) Economicidade, universalidade e exclusividade.
- e) Unidade, economicidade e anualidade.

31. Para fins de controle das receitas e despesas na execução orçamentária, a Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro:

- a) As receitas nele previstas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- b) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele previstas.
- c) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele fixadas.
- d) As receitas nele estimadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

32. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, são créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Assinale a alternativa que apresenta o tipo de crédito adicional, destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

- a) Suplementares
- b) Extraordinários
- c) Tributários
- d) Especiais
- e) Ordinários

33. Em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, quanto à execução do orçamento, considere as afirmativas a seguir:

I - O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

II- A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

III- O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

IV- É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Somente a afirmativa IV está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

34. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, assinale a alternativa que indica a demonstração contábil que é estruturada de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

- a) Balanço Orçamentário.
- b) Balanço Financeiro.
- c) Demonstração das Variações Patrimoniais
- d) Balanço Patrimonial.
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

35. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento. De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964 acerca do controle externo, assinale a alternativa CORRETA:

a) O Poder Executivo, mensalmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

b) As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Judiciário, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

c) As contas do Poder Judiciário serão submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

d) Quando no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

e) Quando no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores deverá emitir parecer acerca das contas apresentadas mensalmente pelo Poder Executivo.

36. Segundo o disposto na Lei n.º 8.666/93, no que diz respeito ao processo de licitação no serviço público referente a compras, assinale a opção INCORRETA.

- a) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- b) As compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
- c) As compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.
- e) Será dada publicidade, anualmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação.

37. Analise os dados do quadro abaixo de uma entidade pública de um determinado exercício:

Receita	Valor
Receita Tributária	R\$ 8.000,00
Operação de Crédito	R\$ 12.000,00
Receita Industrial	R\$ 36.000,00
Alienação de Bens	R\$ 14.650,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 7.400,00
Receita Patrimonial	R\$ 6.900,00
Receita de Contribuições	R\$ 75.450,00

Considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Valor total das Receitas Correntes é de R\$ 34.050,00.
- b) O Valor total das Receitas de Capital é de R\$ 176.000,00.
- c) O Valor total das Receitas Correntes é de R\$ 258.350,00.
- d) O Valor total das Receitas de Capital é de R\$ 128.000,00.
- e) O Valor total das Receitas Correntes é de R\$ 246.350,00.

38. Acerca do Estágio Probatório regulamentado pelo Estatuto dos Servidores Municipais (Lei n.º 525/2004), assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O servidor em estágio probatório não poderá ser designado para exercer função gratificada de direção, chefia e assessoramento, mesmo que as atividades desenvolvidas no exercício da respectiva função sejam semelhantes, correlatas ou complementares às funções originárias do seu cargo efetivo.
- b) O servidor em estágio probatório será obrigatoriamente submetido a exame médico/psicológico pelo Serviço Médico Pericial, entre o 24º. (vigésimo quarto) e o 30º. (trigésimo) mês do estágio ou a qualquer tempo, por solicitação da chefia imediata.
- c) O servidor nomeado para o cargo efetivo ficará sujeito a estágio probatório, com duração de 04 (quatro) anos.
- d) Quando o servidor em estágio probatório não atender os requisitos definidos no processo de avaliação, caberá somente ao Chefe do Poder Legislativo, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo administrativo, dando ciência do fato ao interessado.
- e) A contagem de tempo de efetivo exercício para efeito de estágio probatório não será suspensa, quando o servidor afastar-se do cargo efetivo para exercer mandato eletivo.

39. De acordo com a Lei Complementar n.º 15/2005 (que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de São José dos Pinhais), assinale a alternativa CORRETA.

- a) É atribuição comum da Diretoria Executiva propor, para fins de aprovação do Conselho de Administração, os Balancetes Mensais, bem como o Balanço, as Contas Anuais do PREV-SÃO JOSÉ, e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável à previdência funcional.
- b) Compete ao Conselho Fiscal aprovar os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais do PREV-SÃO JOSÉ.
- c) Compete ao Conselho de Administração acompanhar e controlar a execução do Regulamento da Política de Aplicações e Investimentos.
- d) No desempenho de suas atribuições, a Diretoria Executiva poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, propor a contratação de perito.
- e) A representação do PREV-SÃO JOSÉ caberá ao Diretor Administrativo e Financeiro.

40. De acordo com a lei 4.320/64, as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, serão classificadas no grupo de natureza de despesa como:

- a) Inversões Financeiras.
- b) Investimentos.
- c) Transferências de Capital.
- d) Despesas de Custeio.
- e) Transferências Correntes.

41. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: União: 50% (cinquenta por cento); Estados e Municípios: 60% (sessenta por cento). Na verificação do atendimento dos limites, serão computadas as despesas:

- a) De indenização por demissão de servidores ou empregados.
- b) Proventos da aposentadoria, reformas e pensões.
- c) Relativas a incentivos à demissão voluntária.
- d) Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.
- e) Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.

42. A renúncia de receita a que se refere a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) afirma que a renúncia compreende:

- a) Concessão de isenção em caráter geral.
- b) Alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que não implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
- c) Anistia, remissão, subsídio e crédito presumido.
- d) Cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- e) Concessão de isenção em caráter geral, anistia e crédito presumido.

43. Considere as informações abaixo, sobre a movimentação de um dos itens do estoque de material de consumo de um órgão público no mês de janeiro de 2017:

Data	Especificação	Quantidade (unidade)	Custo de Aquisição (unidade)	Valor de Mercado (unitário)
10/01/2017	Estoque Inicial	600	R\$120,00	R\$165,00
17/01/2017	Consumo	120	-	R\$165,00
24/01/2017	Compra	250	R\$154,00	R\$154,00
25/01/2017	Consumo	52	-	R\$158,00
26/01/2017	Consumo	64	-	R\$162,00

Sabendo que o órgão público utiliza o método do custo médio ponderado móvel para mensuração e avaliação das saídas dos estoques, o valor do estoque final de acordo com a NBC T 16.10, em 26/01/2017, era, em R\$, igual a:

- a) 101.310,00.
- b) 99.468,00.
- c) 94.556,00.
- d) 79.820,00.
- e) 137.700,00.

44. Referente às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, considere:

I - O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

II - O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.

III - A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar unicamente a prestação de contas.

Analisando as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Somente a afirmativa III está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

45. A NBC T 16.8 estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público. A respeito do Controle interno, é CORRETO afirmar:

- a) Procedimentos de controle compreendem o acompanhamento dos pressupostos do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos.
- b) Avaliação de riscos corresponde ao acompanhamento dos pressupostos do controle interno.
- c) Estrutura de controle interno compreende ambiente de controle; mapeamento e avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação e comunicação; e monitoramento.
- d) Mapeamento de riscos compreende ações estabelecidas para prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão da informação contábil.
- e) Monitoramento compreende a identificação dos eventos ou das condições que podem afetar a qualidade da informação contábil.

46. De acordo com a Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, acerca dos instrumentos de fiscalização, assinale a alternativa que indica o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para suprir omissões, lacunas de informações, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de fatos específicos praticados pela administração, por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição, bem como para a apuração de denúncias ou representações.

- a) Auditoria
 - b) Inspeção
 - c) Levantamento
 - d) Acompanhamento
 - e) Monitoramento
-

47. No que tange ao disposto na Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - b) Legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
 - c) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
 - d) Legislar concorrentemente sobre produção e consumo.
 - e) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
-

48. Levando-se em conta as disposições expressas na Lei Complementar n.º 101/2000 e na Lei n.º 4.320/64 sobre dívida pública, considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I - A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras, serviços públicos e os débitos de tesouraria.

II - A dívida flutuante não compreende os serviços da dívida a pagar.

III - Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

IV - A dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
 - b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
 - d) Somente a afirmativa IV está correta.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.
-

49. A Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, aos Estados e Municípios. Nos termos do Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) Parcelamento, remissão e a conversão de depósito em renda.
 - b) Pagamento, compensação e remissão.
 - c) Isenção, pagamento e remissão.
 - d) Parcelamento, isenção e compensação.
 - e) Pagamento, parcelamento e a conversão de depósito em renda.
-

50. Com base no disposto na Lei n. 4.320/64 sobre a contabilidade orçamentária, financeira, patrimonial e industrial, é CORRETO afirmar:

- a) A contabilidade evidenciará os fatos ligados exclusivamente à administração orçamentária e financeira.
- b) A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.
- c) Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, não serão objeto de controle contábil.
- d) Os débitos e créditos serão escriturados em conjunto do devedor e do credor, sem especificação da natureza e data do vencimento.
- e) O controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte será facultativo.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30